



capes

COORDENAÇÃO
DO APERFEIÇOAMENTO
DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)

Conselho Deliberativo—Amadeu Cury (presidente), Celso Barroso Leite (diretor-executivo), Edrízio Barbosa Pinto (representante do Departamento de Assuntos Universitários), Eduardo Faraco, Fernando Paulo Simas Magalhães, Hélios Homero Bernardi, Jacob Palis Jr., (representante do Conselho Nacional de Pesquisas), José Walter Bautista Vidal, Maria Aparecida Pourchet Campos, Mário Werneck de Alencar Lima, Orlando Magalhães Carvalho, Pedro Calheiros Bonfim (representante do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral).

Técnico da UNESCO
Fala da Inadequação
do Ensino

"As escolas se preocupam em enfiar mil coisas na cabeça das crianças, dos adolescentes, e as universidades parecem querer ensinar tudo de uma só vez, como se os alunos, depois de diplomados, não tivessem necessidade de aprender nada. Isso é um erro, um grave erro. A educação é um processo continuado, gradual, não um processo totalizante. Há que se deixar alguma coisa para que o estudante, ou mesmo o diplomado, possa exercitar seu espírito de criatividade."

Estas afirmações são do Prof. Jean Labbens, chefe da Missão da UNESCO no Brasil:

"Se é verdade que a guerra nasce da mente do homem, então a UNESCO tem razão em tentar, por todos os meios, criar barreiras que a impeçam, através de medidas em favor da Educação, da Cultura, do avanço da Ciência e da Tecnologia."

Segundo o Prof. Jean Labbens, os países desenvolvidos têm dado uma contribuição muito escassa aos menos desenvolvidos, e citou como uma das razões a concorrência internacional do comércio. Cabe a esse sistema a culpa da situação enfrentada pelos países economicamente mais fracos e por esse motivo dependentes dos mais avançados. E por isso que, apesar do crescimento do Produto Interno Bruto e do nível quantitativo e qualitativo da Educação, os resultados nos países menos favorecidos deixam muito a desejar.

"Tal é a situação: nos últimos dez anos ocorreu uma grande expansão educacional nos países em desenvolvimento. No primário, no secundário e na escola superior. Entretanto, a situação ainda

não é boa. Contam-se aos milhões as crianças que não conseguem vaga na escola primária. E esta, como a dos demais níveis, não lhes dá a educação de que elas precisam. As deserções nos primeiro e segundo ano são enormes e a passagem pela escola primária, muitas vezes, não significa sequer alfabetização.

"No ensino médio ou no superior não é diferente o que ocorre. Pelo contrário. Em alguns casos é muito mais grave. Na escola secundária temos o palavrório, sem nenhum sentido prático. A rigor não existe ensino técnico, e no superior seguimos o modelo tradicional, e há uma grande preocupação com o título de doutor apenas. Formam-se médicos e advogados em número que se pode considerar excessivo, sem qualquer planejamento. E, uma das causas do excesso desses profissionais é a vaidade de ostentar um diploma que lhes dá status social.

"O esforço quantitativo deve ser acompanhado de um esforço qualitativo. Um estudante, mesmo no primário, pode deixar a escola ao final de seus estudos conhecendo bem uma máquina ou com alguma iniciação técnica. Então o ensino tem de ter qualidade e para isso deve ser planejado. A UNESCO tem um grande papel a desempenhar no processo de educação permanente, mas essa nova filosofia poderá ficar apenas no papel, se não houver uma adequação necessária e indispensável.

"Sobre esse aspecto, aliás, tenho uma opinião muito pessoal: devemos formar, treinar os homens para o futuro. Nem é para o presente. No passado, então, nem devemos pensar. No momento, infelizmente, não é isto o que acontece. As escolas querem ensinar tudo de uma vez aos estudantes. Isto ocorre em todos os níveis de ensino. Mas o pior é que esse ensino, de uma maneira geral, não é adequado à realidade. É muito mais verbalístico e palavroso do que prático.

"Não podemos perder de vista os objetivos fundamentais da Educação. Temos de levar a totalidade das crianças à escola primária, 50% da faixa etária própria à escola média e pelo menos 10% à Universidade, e dotar os países de uma média de 500 pesquisadores para um milhão de habitantes. Mas é preciso formar gente capaz, que seja útil a si mesma e à comunidade.

"Há, hoje em dia, em todos os países, uma preocupação constante com o desenvolvimento, o que significa também uma preocupação maior com o processo educacional. A verdade é que isso é muito bom, mas os dirigentes devem preocupar-se não apenas com os números; também a qualidade do ensino tem de estar presente nas cogitações."

Forum de Opiniões

Pesquisa Reveladora *

O Instituto de Pesquisas Econômicas enriquece o debate descontínuo em torno do problema universitário brasileiro com uma pesquisa sobre o ensino superior no Estado de São Paulo. O trabalho serviu de base à tese do IPE no Seminário de Recursos Humanos e se presta a uma visão valiosa do problema universitário brasileiro, pois São Paulo é a mais importante e desenvolvida área do País. Há lições a extrair da evolução do ensino universitário em relação ao progresso econômico assinalado em São Paulo no mesmo período.

A primeira verificação negativa é a de que a qualidade inferior do ensino e o preparo insuficiente dos alunos para alcançar o nível universitário não habilitam profissionalmente os que se formam. No máximo eles são contemplados com o diploma e com conhecimentos abstratos e livrescos. Nem em São Paulo o ensino ganhou substância fornecida pela realidade econômica e social. O academicismo, segundo a pesquisa, está patente na própria forma de remunerar os professores, que recebem por aulas. Quem ganha por aula faz ação transitória de presença, não vive na escola nem convive com os alunos.

* Transcrito do "Jornal do Brasil".

Nas escolas particulares, apenas 5% dos professores dão tempo integral; nas públicas, 50%. Cabe ressaltar que, enquanto que em 1940 apenas um décimo das universidades paulistas funcionava no interior de São Paulo, em 1968 o número estava praticamente dividido entre Capital e Interior. No mesmo período, o número de escolas particulares aumentou de 1200%, enquanto que as públicas alcançaram 580%. O crescimento no Interior se traduz, obviamente, em queda do nível de ensino, como consequência da própria remuneração menor.

Ponto específico da pesquisa mostra, através da profissão dos pais, como o ensino superior, apesar de gratuito, beneficia na maior parte estudantes oriundos de famílias com recursos para custear seus estudos. Metade dos universitários paulistas é oriunda da camada média superior da sociedade, em geral filhos de profissionais liberais, diretores e gerentes de empresas, pequenos e médios proprietários. Um terço pertence à camada média inferior. Menos de um por cento é de filhos de operários especializados, 3,2% são filhos de operários não especializados. E 3,7% provêm da alta burocracia e dos grandes proprietários de indústrias ou de terras. Os defensores do ensino universitário pago, ou financiado para os que não puderem custeá-lo durante os estudos, encontram na estatística paulista dados que comprovam a injustiça atual: o ensino superior é gratuito em sua maior parte, mas atende aos que têm condições econômicas de cursar o nível médio, ensino pago em sua maior percentagem. Quem pode pagar o ginásio acaba recebendo de graça o ensino superior. E injustiça social, representada no estrangulamento de oportunidades e no baixo nível de formação profissional, como conclui a tese do IPE num Seminário de Recursos Humanos.

Diretor-Executivo da CAPES Fala Sobre Engenharia e Pós-Graduação

"O imperativo de ampliar o número de vagas, para atender na medida do possível à demanda, força a Universidade a aumentar e aprimorar seu corpo docente, sendo este no momento, pelo menos no Brasil, o objetivo básico da pós-graduação."

O pronunciamento é do Diretor-Executivo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Celso Barroso Leite, na aula inaugural da Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo.

"A Universidade hoje", acrescentou, "tem de atender ao imperativo do aumento do número de vagas, em termos de quantidade, para não dizer de massa; e ao mesmo tempo, em termos de qualidade, àquela elite intelectual que, superdotada, vai rasgar novos caminhos e tornar viável o crescimento quantitativo".

Disse ainda que, se é exato que os cursos para graduados começaram entre nós como simples programas de especialização e aperfeiçoamento, destinados a complementar e por vezes até reforçar os cursos de formação, hoje torna-se cada vez mais nítida, na legislação e na prática, a tendência para os cursos de pós-graduação propriamente ditos, conducentes a mestrado e doutorado.

O perigo—Em paralelo a essa promissora evolução, que, sem excluir as oportunidades de aperfeiçoamento e especialização, aumenta o número e eleva o nível dos cursos regulares de pós-graduação, segundo o Sr. Celso Barroso Leite, nota-se certo afã de evoluir, de resto compreensível toda vez que uma inovação surge e procura abrir caminho. Daí a necessidade de evitar excessos e desvirtuamentos, para não repetir o erro da criação indiscriminada de estabelecimentos de ensino superior e até de universidades, nem sempre com o corpo docente à altura.

Lembrou o Diretor-Executivo da CAPES, que o próprio Diretor do Departamento de Assuntos Universitário do MEC, Prof. Newton Sucupira, se surpreendeu ao tomar conhecimento da existência, no País, de mais de duzentos cursos pós-graduados; e ressaltou que a própria imprensa, não especializada em assuntos educacionais, já se deu conta do perigo. Prova disso é que em recente editorial, sob o título "Círculo de Giz", O Globo comentava:

"Curioso é que até mesmo a pós-graduação, que a rigor deveria representar uma super-seleção de talentos, já se vai transformando também em mero cerimonial, onde o título de "mestre" ou de "doutor" vai correspondendo também a um crachá, puramente honorífico, sem exprimir uma conquista da inteligência".

Reportou-se ainda a recente trabalho do Instituto de Pesquisas

Econômicas da Universidade de São Paulo, em que se admite que o crescimento excessivo de cursos para graduados naquele Estado resulta do elevado número de egressos das universidades que conseguem retornar a elas, nem sempre para aprofundar conhecimentos, mas pela dificuldade de encontrar trabalho. Daí, concluiu, a necessidade de estarmos atentos para o perigo de deturpação e abastardamento da pós-graduação.

Presente e futuro—Assinalou a seguir a importância da Engenharia como a carreira do presente e do futuro, atraente e promissora do ponto-de-vista da realização profissional.

“Sobretudo, a Engenharia deve atrair pelo muito que exige de imaginação e arrôjo”, prosseguiu o Sr. Celso Barroso Leite, “ao contrário do que até há pouco se pensava, acreditando-se na propalada frieza das cifras e das relações matemáticas. Hoje, ao contrário, o que se espera do engenheiro, e decerto o que ele busca, é a inteligência desbravadora, que não despreza a abstração mas alcança e enfrenta a realidade, procurando conciliar a segurança dos conhecimentos científicos com as aspirações quase espirituais das artes”.

Para o Diretor-Executivo da CAPES ninguém mais, a esta altura, tem dúvida quanto ao novo conceito da Engenharia; e se se quiser ilustrar a síntese atual do concreto e do belo, da substância da forma, do objeto e da aparência, bastariam dois exemplos: o da Arquitetura moderna, em que o Brasil é expoente, e o do Desenho Industrial, a que estamos dedicando crescente interesse.

“Levando um pouco mais longe essa alentadora simbiose”, acrescentou, “caberia recordar também a conhecida definição da Engenharia como a ciência de dominar as forças naturais, conjugada à arte de resolver os problemas humanos a isso ligados. É aí sem dúvida que iremos encontrar a origem da chamada Engenharia Social, que ganha terreno e se firma, como campo novo pleno de potencialidade”.

Acrescentou que a Engenharia, buscando sentido e aplicação para o que aprende ou descobre, alia cada vez mais a ciência à técnica, para o milagre contemporâneo da tecnologia, que está mudando a face do mundo e a maneira de viver.

Auxílios Externos São Inoperantes

“Em matéria de Educação o Brasil ainda está entre Platão e Aristóteles.”

Assim o Prof. Raimundo Moniz de Aragão, ex-ministro da Educação e Cultura, ex-reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e vice-presidente do Conselho Federal de Educação, definiu, durante o I Seminário de Educação e Trabalho, a situação educacional em nosso País, que, a seu ver, não valoriza o ensino e a pesquisa tecnológicos, preferindo as atividades especulativas, desligadas da realidade social moderna.

“A Educação”, frisou, “deixou de ser um direito do homem, tornando-se uma necessidade social, imperativa para vencer o subdesenvolvimento.” Prosseguiu afirmando que em nossos dias só existe efetiva independência quando há possibilidade de renovar periodicamente a economia e a tecnologia nacionais com *know how* local.

Após qualificar de insuficiente, inoperante e incapaz o auxílio externo para promover Educação nos países subdesenvolvidos, em virtude da impossibilidade de estes aplicarem devidamente os recursos cedidos, defendeu o Prof. Raimundo Moniz de Aragão a cooperação técnica, através da qual os países desenvolvidos não se limitariam a fornecer recursos, mas—principalmente—ajudassem em sua distribuição.

“Nos últimos anos”, segundo o ex-Ministro da Educação do Governo Castelo Branco, “o Brasil progrediu espantosamente nos campos do ensino da Matemática e Física, para citar dois exemplos, mas esse progresso não se acompanhou de um desenvolvimento tecnológico compatível, pois entre nós ainda é muito grande a aversão às atividades páticas. Os inteligentes preferem fazer com o cérebro a fazer com as mãos.”

“Para ultrapassar esse estágio”, afirmou, “será necessário eliminar o atual sistema educacional, fragmentado entre carreiras técnicas, menos remuneradas, e acadêmicas. A escola deixará assim de ser apenas um meio de acesso à Universidade—que frustra a maioria dos pretendentes—para se tornar num centro de qualificação profissional.”

“A extensão do ensino primário até os 14 anos de idade, com a fusão dos cursos primário e ginásial e a fusão do ensino humanístico tradicional com a mais moderna tecnologia serão alguns dos caminhos já previstos pelo Governo e que permitirão integrar a Educação no desenvolvimento do indivíduo e da sociedade”.

Estudos e Atividades da CAPES

Bolsas no Exterior: Novos Critérios para a Concessão

O Conselho Deliberativo da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) examina proposta do Prof. Eduardo Faraco, Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em que sugere modificações substanciais nos critérios de concessão de bolsas-de-estudo para o Exterior.

A proposição do Prof. Eduardo Faraco e sua justificativa vêm transcritas a seguir:

1. Tradicionalmente, nas Universidades brasileiras, jovens docentes têm pleiteado e obtido bolsas e estipêndios para realização de estudos pós-graduados no Exterior, quer solicitando auxílio às suas Universidades ou aos organismos do Governo brasileiro voltados para o amparo ao aperfeiçoamento e à pesquisa, quer recorrendo a programas de fomento de governos estrangeiros.

2. Na falta de ação organizada e no sentido de planejar o desenvolvimento de seus recursos humanos em áreas prioritárias, tais iniciativas, de cunho nitidamente individual, constituíram por muito tempo a única maneira de elevar o padrão de formação e assim colaborar no esforço educacional das instituições de nível superior.

3. É natural que tal sistema trouxesse consigo distorções, desperdícios e abusos. O surpreendente chega a ser o número de bons resultados colhidos, como o atesta o fato de muitos dos que hoje ocupam posição de liderança na vida universitária e pública do País

terem tido suas origens acadêmicas robustecidas por tais programas. Talvez a CAPES tenha sido responsável por introduzir certo "policiamento de qualidade" na concessão de auxílios a bolsistas, que gerou benefícios proporcionalmente grandes, quando contrapostos aos recursos modestos com que sempre contou.

4. Volta-se o Governo, agora, para a decisiva importância da Universidade como centro de estudos avançados, visando a problemática nacional, e a mobiliza para o esforço integrado da Nação, em busca de seu desenvolvimento definitivo. Se esta mobilização ainda não surtiu seus plenos efeitos, uma das razões está nas próprias Universidades, que, via-de-regra, não aceitam facilmente o fato de se terem tornado instrumento para a construção do poder nacional.

5. Não é de estranhar, pois, que possa ocorrer relutância do Governo em manter subsídios e estipêndios a bolsistas cuja motivação não se insere, em princípio, na nova política educacional, pois ao Governo, obviamente, parece pouco eficaz financiar indiscriminadamente aqueles não muito numerosos que, realmente, trarão contribuição positiva, ao lado dos que, ou nada vão estudar de sério, ou vão buscar excelência internacional em campos que não nos interessam por ora (não raro, depois, impondo pesadas despesas para a manutenção de sua pesquisa de "nível internacional", inteiramente alheados das necessidades e desafios de seu próprio meio), ou, ainda, o que é pior, se vão prestar a instrumentos de penetração cultural raramente convergentes com nossos próprios interesses de nação que se predestina à vigorosa afirmação no tempo e no espaço.

6. Por outro lado, é óbvio que, por algum tempo, os centros nacionais de pós-graduação, devidamente credenciados, não serão suficientes, em número e variedade, para suprir o sistema educacional superior dos professores e pesquisadores de que se está a necessitar. Nem seria crível que o Brasil buscasse atingir níveis avançados de ensino e pesquisa isolando-se do mundo.

7. Neste período de transição, que implica, sobretudo, verdadeira renovação de mentalidade universitária, cabe, também, *uma política de transição*. Assim, sem erradicar de todo a concessão de permissões para viagens ao Exterior, a política dos organismos federais de suporte ao aperfeiçoamento deveria canalizar apoio aos planos que trouxessem o respaldo de uma *política da Universidade*, onde o plano impessoal de atendimento de áreas prioritárias, não cobertas satisfatoriamente no País, prevalecesse sobre a iniciativa individual do interessado. Desta forma, anualmente, antes mesmo de

qualquer indicação pessoal ou nominal, cada Universidade elaboraria seu programa de aperfeiçoamento docente, no País e no Exterior, fixando metas, definindo prioridades e estimando encargos. Tais planos deveriam ser coordenados com os respectivos Centros Regionais de Pós-Graduação e êstes, por sua vez, articulados entre si, para evitar duplicações regionais estéreis. Apreciados êstes planos pelos organismos financiadores centrais, as prioridades internas nêles contidas permitiriam, mesmo no caso de atendimento parcial, singularizar as áreas de estudo a contemplar. A indicação subsequente dos nomes dos beneficiários, para a concessão de licença e auxílio, seria mero corolário. Parte essencial dêstes planos seria, em se tratando de cursos no Exterior, a clara definição das instituições onde se realizariam e dos programas a cumprir, sem maior preocupação de usar concessões e ofertas de programas oficiais estrangeiros, pois a experiência mostra que, em geral, a formação pós-graduada de alto nível raramente é oferecida gratuitamente: precisa ser *reclamada e paga* por quem a busca. Neste particular, alguns centros de excelência estrangeiros poderiam ser escolhidos como base permanente para êste tipo de formação, em lugar do mosaico assistemático de programas e instituições que resulta do atual processo de busca individual, ao sabor dos mais variados critérios. Desta forma, lentamente, a viagem ao Exterior seria oferecida aos que se salientam, como um prêmio e, ao mesmo tempo, um nôvo e duro desafio em sua carreira, corporificado nas exigências que enfrentarão numa instituição de reputação internacional e implacável rigor.

8. Paralelamente, ao Govêrno caberia não ficar a meio caminho e empreender providências para, a curto prazo, robustecer os centros nacionais de pós-graduação, *fazendo importação* de pessoal estrangeiro, altamente qualificado, nas áreas prioritárias. A conjuntura mundial e, especialmente norte-americana, é, momentaneamente, favorável a uma política desta envergadura. O ímpeto que daí resultaria para a consolidação de uma nova mentalidade universitária ganharia, no mínimo, uma década e, a curto prazo, permitiria economias apreciáveis em despesas, no Exterior, com os bolsistas que ainda somos forçados a manter.

Em conclusão, propomos que a CAPES:

1.º—conceda, preponderantemente, auxílios a indivíduos ou a grupos, desde que as solicitações sejam veiculadas pelas instituições em que atuam, depois de aprovadas por seus órgãos centrais de coordenação do ensino e da pesquisa e acolhidas pelas autoridades administrativas. As solicitações de tais auxílios seriam institucionais

e não individuais, nelas assumindo a instituição veiculadora a responsabilidade da escolha das áreas de conhecimento adequadas e da seleção dos indivíduos; ao mesmo tempo, a instituição asseguraria aos contemplados, no retôrno de seu estágio, níveis salariais e condições de trabalho não só para o prosseguimento de estudos e pesquisas em execução, senão também para o estabelecimento de novas áreas de perquirição ou de ação didática;

2.º—conceda suplementação salarial a docentes ou pesquisadores com experiência e liderança comprovadas e realizações efetivas; há inúmeros profissionais e cientistas nessas condições que estão sendo subutilizados, quer em tempo, quer em qualidade de trabalho; não é de esquecer que o envio de um dado docente ao Exterior visa torná-lo agente de multiplicação de conhecimentos e fazê-lo capaz de exercer uma liderança; a verdade é que há sempre larga margem de insegurança na possibilidade de atingir êsses dois objetivos; se existem homens que já afirmaram essa dupla capacidade, valerá mais assegurar-se da atividade dêles do que tentar enviar novos;

3.º—adote a política de absorção de homens do Exterior que já tenham conhecimentos e liderança, distribuindo-os nos diversos centros de excelência do País, onde seu efeito multiplicador poderia, aprioristicamente, considerar-se como assegurado. É de recordar que os Estados Unidos da América, depois das Primeira e Segunda Guerras Mundiais, receberam cientistas em grande número, de tôdas as procedências; a presença e a atividade dêsses homens determinou inequívoco progresso na ciência e tecnologia americana, em dimensões visíveis e impressionantes nesta última década.

CAPES Recebe Convite do Govêrno Norte-Americano

A convite oficial do Govêrno Norte-Americano, transmitido pelo Embaixador William M. Rountree, o Diretor-Executivo da CAPES passará êste mês nos Estados Unidos, visitando universidades, órgãos públicos e outras entidades de atribuições ligadas ao ensino superior e sobretudo ao ensino de pós-graduação.

O convite se enquadra num programa de intercâmbio cultural,

e durante sua permanência nos Estados Unidos o Dr. Celso Barroso Leite visitará também repartições e entidades de previdência social e assuntos correlatos, com vistas ao Centro de Estudos de Previdência Social cuja criação está promovendo junto às Faculdades Cândido Mendes, no Rio, GB.

Novos Recursos para Ensino Pós-Graduado

Um total de Cr\$ 4.980.000,00, de recursos vinculados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, foi colocado à disposição da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, para custeio, no triênio 1971/73, de quatro projetos a serem executados pela CAPES, todos da maior importância no tocante ao desenvolvimento do ensino superior:

- a) fixação de pessoal de nível superior, oriundo de cursos pós-graduados, como fórmula transitória para sua absorção definitiva pelas universidades;
- b) aquisição e manutenção de equipamentos como necessidades decorrentes da admissão pelas universidades de pessoal recém-egresso de cursos de mestrado e doutorado;
- c) realização de cursos de revisão e atualização (reciclagem) para docentes universitários, nos períodos das férias escolares;
- d) bolsas e auxílios de natureza especial.

Segundo o acordo firmado, os recursos serão entregues à Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior mediante repasse, sendo: ainda este ano, Cr\$ 1.239.000,00, em 1972—Cr\$ 1.941.000,00; e em 1973—Cr\$ 1.800.000,00.

As despesas serão objeto de prestação de contas perante a Inspetoria Geral de Finanças do Ministério da Educação e Cultura, órgão encarregado de acompanhar a execução financeira dos projetos antes de seu encaminhamento ao Tribunal de Contas da União.

Noticiário

Reforma não Limita Idade aos Alunos de Qualquer Nível

Para o Prof. Valmir Chagas, membro do Conselho Federal de Educação, o projeto de Reforma do Ensino Primário e Médio complementa e completa o ciclo de reformas educacionais iniciado com a do ensino superior.

O projeto, audacioso em todos os sentidos, vai revolucionar a estrutura educacional do País, tornando obrigatória e gratuita a escolarização por oito anos, além de derrubar os limites de idade para a admissão do estudante em cursos de qualquer nível.

Tão logo o Presidente Emílio Garrastazu Médici sancione a lei aprovada pelo Congresso Nacional, a reforma será aplicada em todo o País, de maneira que permita sua integração em cada região, de forma progressiva, aqueda às possibilidades do meio.

O Prof. Valmir Chagas afirma que a reforma será global: "o projeto permite que se realizem as maiores audácias em matéria de ensino. Vamos tornar obrigatória a educação integrada, reunindo em um só sistema os cursos primário e ginásial. Dessa nova escola o estudante não mais sairá sem saber que caminho dar à própria vida. O que se pretende é profissionalizar o ensino de segundo grau, de modo que o aluno não só tenha uma habilitação efetiva mas também possa, ao final desse ciclo, fazer opções de estudo claramente definidas para seu ingresso na Universidade.

No primeiro grau a escola fará a iniciação para o trabalho e a necessária sondagem de aptidões. Isto se justifica: até os 14 anos a criança não tem ainda fatores específicos de inteligência que possam ser desenvolvidos, razão pela qual não é possível profissionalizá-la. Entretanto, nas regiões menos desenvolvidas do País, em que não se poderá desde logo instalar esse sistema seriado de ensino por oito anos, o ensino primário local contará com programa especial,

para dar condições mínimas de habilitação profissional a seus alunos.

Disse o Prof. Valnir Chagas que a reforma é flexível em todos os aspectos: quanto à instalação, comportando mecanismos de transição da escola atual para a nova escola; quanto ao tempo de permanência dos alunos dos diferentes níveis intelectuais na escola; quanto aos diferentes tipos de profissionalização; e, quanto à própria formação do magistério.

"Isto se explica assim: cada região, dependendo do nível sócio-econômico, poderá instalar o ensino integrado a curto ou longo prazo; não podendo fazê-lo desde logo, terá inevitavelmente que fazer uma profunda reformulação do ensino primário, preparando-o para a integração. Quanto às diferenças individuais, os estudantes poderão fazer o segundo grau, ou colegial, em dois ou cinco anos, dependendo de sua capacidade intelectual.

Sobre a flexibilidade da profissionalização, argumentou o Prof. Valnir Chagas que a enorme diversificação do trabalho, constatada em todo o País por força do progresso industrial, obriga também a uma reformulação dos programas de ensino quanto à habilitação profissional.

"Dessa forma", explicou, "o segundo grau possibilitará ao estudante "n" áreas profissionalizantes e tanto mais rica será a escola quanto maior número de ofertas de habilitação tiver".

A formação do magistério é outro grande capítulo do projeto de reforma do ensino primário e médio. Nêle se programaram oito níveis de formação do professor, o que dará aos poderes públicos a possibilidade de qualificar elementos para cada tipo de área geográfica ou sócio-econômica. Neste particular o projeto abre um novo mercado altamente qualificado para o magistério, especialmente para os professores de Ciências Físicas e Naturais.

Os meios de comunicação, segundo o educador, tornaram o mundo bastante pequeno para a criança de hoje. Ela amadurece muito mais cedo. Daí por que o projeto derruba os limites de idade: se uma criança de quatro anos pode ser alfabetizada, então ela pode também ingressar em uma escola integrada, sem esperar atingir a idade de sete anos, como ocorria até agora. Se, aos doze anos, ela estiver suficientemente capacitada para entrar na Universidade, não haverá nenhum obstáculo legal para que não o faça.

Satélite Poderá Ser a Solução para o Brasil

Um sistema de comunicações por satélite, cobrindo todo o País e eliminando as distâncias entre as vastas regiões que separam os

brasileiros, já figura entre os objetivos do Governo, segundo informações da Comissão Nacional de Atividades Espaciais.

Caso o Brasil concretize esse plano, será o segundo país do mundo a dispor de um sistema nacional de comunicações por satélite. O Canadá, outro país de imensas e contrastantes regiões, terá o seu sistema funcionando até fins de 1972.

O diretor da Comissão Nacional de Atividades Espaciais, Prof. Fernando Mendonça, ressaltou que apenas a questão educativa já justifica a instalação do sistema de comunicações por satélite:

"Nós gastamos mais de um bilhão de dólares em Educação. Serão necessários de um a dois bilhões adicionais para dar à população em idade escolar os professores necessários."

Por sua vez, o Almirante José Cláudio Beltrão, também da CNAE, acredita que o sistema espacial cobrirá todo o País, eliminando o problema das distâncias que separam os brasileiros.

Ao defender a instalação do sistema de comunicações por satélite, o Prof. Fernando de Mendonça disse: "Na minha opinião, devemos utilizá-lo para equipar nosso sistema de micro-ondas com novas frequências, com propósitos educativos. Isso seria uma forma mais racional e eficiente de ir preparando o País para enfrentar as necessidades de seu rápido desenvolvimento".

"Curta Duração" Poderá Eliminar os Vestibulares

Quem fizer os cursos superiores de *curta duração* conseguirá, com isso, a vantagem de cursar escola superior tradicional sem precisar prestar novo exame vestibular. Esta é uma das decisões tomadas no encerramento da XII Reunião do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, levando a crer que os cursos rápidos poderão entrar em funcionamento ainda este ano.

Foram focalizados durante os debates diversos aspectos dos cursos de *curta duração*, nas áreas da Tecnologia e da Saúde, ambas de grande importância no processo de desenvolvimento em que se encontra o Brasil. Os reitores chegaram à conclusão de que é urgente definir-se logo o que são as carreiras curtas, e seu conteúdo.

Disse o Prof. Miguel Reale, reitor da Universidade de São Paulo, e um dos participantes da reunião:

"É preciso não confundir as carreiras de curta duração com os cursos concentrados. Não se trata de formar engenheiros ou mé-

dicos em menos tempo. E não se trata também de um curso de caráter preparatório ou provisório.”

Afirmou o reitor da USP que o Brasil está se integrando na era tecnológica, sendo necessário, em decorrência desse fato, mais especialização e profissionalização. Além das vantagens de formar um técnico de nível superior em menos tempo, os cursos de *curta duração* darão ao estudante a possibilidade de, se assim desejar, cursar posteriormente sem vestibular o curso maior. Assim, um técnico em Anatomia, por exemplo, poderia, depois de formado, cursar a faculdade de Medicina sem fazer vestibular.

“Mas o que nós esperamos é que o técnico formado em curso rápido venha a especializar-se cada vez mais, nos cursos de pós-graduação. Estes deverão ser totalmente reformulados, para melhor atender à nova sistemática.”

O reitor da USP disse que durante a reunião persistiu uma dúvida: os cursos de *curta duração* deveriam ser feitos dentro ou fora da Universidade? Estabeleceu-se então que esse problema vai depender das variantes e dos recursos regionais de cada faculdade. Em São Paulo prevaleceu a opinião de que os cursos têm de ser feitos fora da USP, mas isso não impede que alguns sejam realizados dentro da Universidade.

Foi rejeitada a solução proposta por alguns reitores de criar uma segunda categoria de médicos, que poderiam ser chamados de “médicos rurais, tropicalistas ou comunitários”, formados em cursos especiais, de menor duração. Sugeriu-se, para substituir os médicos rurais, a reformulação dos currículos. O Prof. Miguel Reale lembrou que o Conselho Federal de Educação já permite que o curso das faculdades de Medicina tenha apenas cinco anos de duração.

Obras Aceleradas na Ilha do Fundão

Na aula inaugural dos cursos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Prof. José Lopes Pontes, diretor da Faculdade de Medicina, disse que o ano letivo se iniciava “em momento de especial significação, quando professores e alunos acrescentam, aos propósitos de estudo e trabalho, a confiança de que esperanças tanto tempo entretidas serão em breve, e afinal, promissora realidade”.

Referia-se o educador às obras da Cidade Universitária, na Ilha do Fundão, onde 70% do *campus* ficarão prontos em setembro do próximo ano, segundo o plano-diretor aprovado. Para a conclusão das obras prevê-se a aplicação de 485 milhões de cruzeiros.

O Prof. Lopes Pontes lembrou que um dos primeiros planos para a antiga Universidade do Brasil foi elaborado em 1821 por José Bonifácio, como o atestam documentos encontrados no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico pelo Prof. Francisco Bruno Lôbo. Na concepção do Patriarca da Independência, três eram as escolas que deveriam integrar o agrupamento universitário: Medicina, Filosofia e Jurisprudência, uma vez que a Teologia seria ensinada no Seminário dos Bispos.

Recordou ainda que exatamente há meio século foi criada a primeira Universidade brasileira, reunindo escolas e faculdades espalhadas pelo Rio. Mas era mister uma agregação mais positiva dessas unidades. Em 1945, pelo Decreto-lei nº 7.563, a Cidade Universitária teve sua localização definitivamente estabelecida, nos terrenos que reuniram à Ilha do Fundão oito ilhas próximas.

A partir de 1964, as responsabilidades do projeto e execução das obras, até então confiadas ao DASP, foram transferidas para a Universidade Federal do Rio de Janeiro, sendo reformulados totalmente os planos originais, para se ajustarem às metas educacionais do Governo.

Esclareceu o Prof. Lopes Pontes que os grandes polos de integração da UFRJ são representados por seis centros: Ciências Médicas, Filosofia e Ciências Humanas, Ciências Jurídicas e Econômicas, Ciências Matemáticas e da Natureza, Tecnologia, e Letras e Artes. O plano-diretor prevê a criação do Instituto de Engenharia Nuclear (da Comissão Nacional de Energia Nuclear) e do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (da PETROBRAS).

UF de Minas Estuda Mercado de Trabalho

A Universidade Federal de Minas Gerais está promovendo—através de seu Conselho de Planejamento—uma pesquisa de mercado de trabalho em âmbito estadual. Mediante o conhecimento das necessidades de mão-de-obra altamente qualificada e de nível universitário é que serão fixadas as vagas nas unidades de ensino daquela instituição.

O estudo é considerado de grande importância e tem integral apoio do Departamento de Assuntos Universitário do Ministério da Educação e Cultura. O Prof. Newton Sucupira, seu diretor, afirma que futuramente tôdas as vagas no sistema de ensino superior, mesmo nas universidades particulares e nas escolas isoladas, serão fixadas dentro de critérios em que se levem em conta aspectos diretamente ligados às necessidades do mercado de trabalho. Com

essa medida, mesmo antes de ingressar na Universidade o estudante terá idéia de suas possibilidades de emprêgo, ao término do curso que escolher.

IDEG e PUC-RJ Firmam Convênio

O Instituto de Desenvolvimento do Estado da Guanabara assinou importante convênio com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com vistas a desenvolver um extenso programa de integração Universidade-Indústria. O IDEG, através de um de seus órgãos, o Centro de Integração Universidade-Indústria, vem desenvolvendo amplo programa de integração profissional do universitário.

Pelo convênio, a PUC-RJ participará diretamente do programa de integração Universidade-Indústria que o IDEG vem promovendo há mais de um ano, e que consiste, basicamente, nas seguintes atividades: Estágios programados na empresa, Visitas de professores e alunos à empresa, Visitas de técnicos e empresários à universidade, concursos, palestras e seminários com alunos, empresários e técnicos.

Em conjunto, essas atividades têm por objetivo propiciar novos conhecimentos práticos ao universitário, aprimorar-lhe a formação recebida na Universidade e antecipar-lhe a imprescindível experiência profissional no local de trabalho. Visa também a dar aos técnicos e empresários a exata noção do elevado nível de ensino e formação técnica do estudante.

Os estágios programados se darão através de Bôlsas de Complementação Educacional, a serem concedidas pelas empresas. As palestras e seminários, que vão promover o contato direto entre estudantes, empresários e técnicos, oferecerão aos futuros profissionais a oportunidade de conhecer a solução dos diversos problemas ao nível de empresa.

O BID e a Medicina

O Banco Interamericano de Desenvolvimento anunciou a aprovação de um empréstimo de 2.000.000 de dólares para ajudar a proporcionar livros a 100.000 estudantes universitários de Medicina nos países latino-americanos.

O empréstimo foi outorgado à Fundação Panamericana da Saúde e Educação, organização sem fins lucrativos. Os recursos do empréstimo serão utilizados para a publicação, aquisição e distribuição de textos médicos modernos em espanhol e português em 147 faculdades.

O crédito provém do Fundo para Operações Especiais, do BID, e os financiamentos serão feitos pelo prazo de 15 anos, a juros anuais de 3%.

Educação Fundamental Tem Projeto Integrado

O Sistema de Educação Fundamental Integrado será implantado, no Nordeste—do Norte de Minas ao Maranhão—a partir de 1972, devendo o projeto ser elaborado ainda este ano, contendo currículo e estrutura do método a ser posto em execução. Com esse objetivo, a SUDENE firmou convênio com a Universidade Federal de Pernambuco, cuja Faculdade de Educação atuará como órgão executor.

Também foram firmados pela SUDENE convênios com as Universidades Federais da Bahia e do Ceará, ambos com idênticos objetivos.

Conforme programa traçado pelo Departamento de Recursos Humanos da SUDENE, as Faculdades de Educação dos três Estados convenientes ficarão encarregadas de prestar assessoramento técnico aos demais Estados onde também será implantado o sistema de Educação Fundamental, que prevê a realização dos cursos primário e ginásial num só ciclo, sem necessidade de exame de admissão.

O Departamento de Recursos Humanos destinou ao programa cerca de Cr\$ 180 mil, que serão liberados parceladamente, à medida que as Faculdades de Educação forem cumprindo etapas.

FUSF Terá em Breve Cidade Universitária

A Fundação Universitária Sul-Fluminense (FUSF) pretende instalar uma cidade universitária nos moldes da de Coimbra, em Vassouras, onde funciona desde 1969 uma Faculdade de Medicina com 650 alunos.

Segundo o Gen. Severino Sombra, presidente do Conselho Diretor da FUSF, o plano da cidade universitária de Vassouras visa em primeiro lugar a contribuir para a interiorização do ensino superior, a fim de colocá-lo ao alcance do imenso número de jovens residentes no Interior cujas famílias não dispõem de recursos financeiros para mandá-los estudar nas capitais.

A cidade universitária vai aproveitar, para suas instalações, prédios construídos no tempo do Império e hoje em sua maioria desabitados e ao abandono. Num desses prédios, o antigo palacete do Barão de Maçambará, já funciona a Faculdade de Medicina.

Mundo Universitário

Reforma Universitária: Só Com Medidas Concretas

Em entrevista que concedeu a Mauro Guimarães, repórter de O Globo (sucursal de São Paulo), o Reitor Zeferino Vaz, da Universidade Estadual de Campinas, afirmou que o ensino superior no Brasil é a única estrutura social da Idade Média que ainda sobrevive no século XX.

“É sem dúvida maravilhoso”, acrescentou, “viver, na era moderna, mas os professores universitários, que são responsáveis pela formação e preparação das novas gerações, carregam sobre os ombros a tremenda responsabilidade de se adaptarem às novas circunstâncias científicas. Só alcançando esse propósito é que cumprirão o dever de formar profissionais, cientistas, filósofos e artistas. A maior dificuldade de atualização dos professores está na adaptação à nova situação. Ocorre que a maior parte deles graduou-se há mais de 20 anos e se sente feliz e alicerçada nos velhos conhecimentos que lhes permitiram atingir a presente e privilegiada situação. É compreensível, pois, que lhes seja difícil aceitar a necessidade de atualização. Mas é preciso fazê-lo urgentemente, se quisermos sobreviver como nação moderna. E se não o fizermos agora, assumindo a crista da onda, e conduzindo a reforma da Universidade, planejada e ordenadamente, ela talvez nos seja imposta por pressões sociais incoercíveis, avassaladoras e descontroladas, que destruirão, à sua passagem, muito do bom que devemos preservar.”

Disse serem manifestas e gritantes as resistências de toda ordem contra a Reforma Universitária, e que as leis, por si mesmas, não conseguem reformar a mentalidade cristalizada, empedernida e impermeável da maioria, nem curar os vícios da rotina, da inveja, da mediocridade, da meia ciência e do egoísmo aristocrático, que se

unem e usam de todas as armas—até as lícitas—para dificultar o ímpeto criador do talento, da insatisfação frente ao conhecimento adquirido, e do idealismo que caracterizam os autênticos filósofos, cientistas e artistas.

“Vejam”, enfatizou, “algumas dessas formas de resistência:

1) Análise meticulosa e sofisticada de detalhes.—*Partindo do princípio de que a Universidade deve fazer reforma perfeita, comissões e conselhos levam meses e anos na apuração de detalhes, a pretexto da necessidade de análise meticulosa e de rigoroso escrupulo científico. Perdem-se em intermináveis discussões sobre minúcias e em busca da perfeição que nunca se atinge. Cada detalhe provoca polêmicas acadêmicas sem fim, alegando-se exemplos de modelos alienígenas quase sempre não aplicáveis às nossas contingências sócio-econômicas-culturais. Sob essa máscara adesista, aparentemente ou sinceramente entusiasta, impede-se ou protela-se a adoção efetiva de mudanças fundamentais. Como de hábito, o bom é prejudicado pelo ótimo.*

2) Reformas semânticas que consistem em mudança de rótulos ou meros remanejamentos administrativos.—*O espírito integrador da legislação, vedando a duplicação de meios para alcançar os mesmos fins, conduz naturalmente à criação dos Institutos Centrais de Conhecimentos Básicos, onde se ministre o ensino das disciplinas iguais e necessárias à formação de vários tipos de profissionais. Como a moda agora é o Instituto, houve Universidade que aprovou a mudança de rótulo da Faculdade de Direito para Instituto de Ciências Jurídicas, da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas para Instituto de Economia e Administração, da Faculdade de Medicina para Instituto de Ciências Médicas. Criaram um Instituto de Ciências Humanas para incluir apenas as Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, como se Direito, Economia e Administração não fossem ciências humanas. Ora, uma faculdade de Direito não muda nada com chamar-se Instituto de Ciências Jurídicas e nem as demais citadas. Simples mudanças de rótulos, que aliás se observava nos projetos de reforma da maioria das Universidades brasileiras.*

3. Resistências aparatosas: *Consistem na apresentação de proposição sabidamente inviável, por carência de recursos humanos e financeiros.*

Entre os principais sintomas do que denomina disfunção do ensino superior em nosso País, o Reitor Zeferino Vaz cita: 1) de-

ficiência brutal na formação de cientistas qualificados, cuidando as Universidades quase que somente da formação de profissionais (na sua opinião esta é a grande falha das Universidades, sobretudo no campo das ciências básicas, que constituem os alicerces da ciência e da tecnologia e sem as quais não há bom ensino profissional nem produção científica e tecnológica originais); 2) deficiências quantitativas de profissionais, sobretudo de tecnólogos; 3) deficiências qualitativas de profissionais, pois há um grande contingente de profissionais saídos das Universidades despreparados para utilizar o imenso acervo de conhecimentos científicos modernos para o exercício de suas atividades. As ciências biológicas são tratadas ainda como ciências descritivas, alicerçadas quase que somente em conhecimentos morfológicos, ignorando-se o tremendo impacto de conhecimentos novos nos últimos 30 anos, resultantes de poderosos instrumentos físicos que tornaram possível a quantificação dos fenômenos vitais e a matematização das ciências biológicas. Hoje as ciências biológicas assumem cada vez mais o caráter de ciências exatas; 4) excesso clamoroso de pseudo-bacharéis em Direito e de pseudo-economistas, pela multiplicação de Faculdades. Muitas são autênticas fábricas de diplomas. Um excelente negócio; 5) deficiência de professores secundários; 6) isolamento e ignorância da realidade sócio-econômica da Nação. É quase total a falta de entrosamento das Universidades com os setores de atividades do País. Muitos problemas fundamentais de saúde do homem, por exemplo, de animais e de plantas cultiváveis, assim como de produção agropecuária, foram resolvidos por cientistas de Institutos não integrantes de Universidades, como o Oswaldo Cruz, o Biológico, o Agrônomo de Campinas e o Butantã. Todavia, esses cientistas de alto nível quase nunca são aproveitados como docentes das Universidades, como autênticos mestres criadores que são. Enquanto isso, a grande maioria dos professores universitários é constituída de simples transmissores de conhecimentos adquiridos em livros estrangeiros; 7) inquietude, agressividade e revolta dos estudantes. Sentem os estudantes, conscientemente ou por instinto, que não estão sendo cientificamente preparados para enfrentar a vida numa sociedade cada vez mais competitiva. As queixas específicas não são ouvidas pelas escolas e se transformam em agressividade recalçada, que é utilizada por uma minoria subversiva, cuidadosamente treinada, minoria que habilmente canaliza a agressividade e a inquietude para queixas genéricas e políticas (extinção da UNE, Convênio MEC-USAID, Guerra do Vietname, etc.) quase sempre erradas, distorcidas, deturpadas.

O Prof. Zeferino Vaz passa, em seguida, a enumerar os *agentes etiológicos* da disfunção da Universidade para, depois, apontar as soluções para cada um deles. As causas são as seguintes, em sua opinião: 1) estrutura arcaica; 2) ausência quase total de controle da produtividade didático-científica e administrativa; 3) despreparo do corpo docente; 4) métodos didáticos obsoletos; 5) conhecimentos científicos obsoletos; 6) remuneração insuficiente do corpo docente; 7) deficiência de recursos governamentais; 8) aplicação inadequada e desperdício de recursos pelas Universidades; 9) liberdade de cátedra (o Prof. Zeferino Vaz entende que, nesse item, o erro está no uso indevido dessa liberdade, sobretudo para doutrinação política e ideológica. Quer dizer, a autêntica liberdade de cátedra para ele só pode ser entendida como liberdade de exposição doutrinária e jamais como liberdade para doutrinação); 10) aristocracia, nepotismo, compadrio e seleção negativa dos docentes; 11) limitação exagerada do número de vagas (o professor cita o exemplo da Escola Politécnica da USP, que triplicou em poucos anos o número de vagas, sem qualquer prejuízo para o ensino); 12) períodos letivos anuais com férias exageradas de três meses, além dos numerosos pontos facultativos; 13) preconceitos sociais da comunidade, de superioridade de certas profissões sobre outras.

Quanto às soluções, considera o Reitor da Universidade de Campinas necessário promover, com urgência:

1. Multiplicação do número de cientistas e tecnólogos em todos os campos do saber, sobretudo nas ciências básicas. A solução do problema se resume na formação, através de bolsas-de-estudo, de milhares de jovens docentes e pesquisadores, em centros de alto nível científico, aqui e no Estrangeiro. Para os centros nacionais, contamos com duas ou três centenas de autênticos cientistas; para os centros estrangeiros, devemos estabelecer convênios com Universidades de países onde há grupos destacados de especialistas nos diversos ramos da ciência. Nossos bolsistas devem partir com a obrigação de enviar relatório mensal de tudo quanto fizeram no mês vencido e, além disso, assinar compromisso de honra de volta ao Brasil após o estágio, sob pena de perda da cidadania brasileira.

2. Elevação considerável dos níveis salariais para os docentes em regime de dedicação exclusiva à docência e à pesquisa, em função da produção de pensamento original e de formação de discípulos em todos os campos do conhecimento.

3. Aumento substancial dos recursos governamentais. Deve haver, a propósito, controle rigoroso da sua aplicação adequada,

proibindo-se explicitamente as construções monumentais ou luxuosas. Reexame das encomendas de equipamentos no Leste Europeu, superior a US\$ 30 milhões, por uma Comissão de Especialistas, visando suprimir equipamentos inúteis ou de utilização precária.

4. Adoção do período letivo semestral ou mesmo trimestral, por disciplina, e redução das férias para 45 dias (30 no fim do ano e 15 dias em julho). Com essas simples medidas é perfeitamente possível reduzir de um ano o tempo necessário à formação de todas as profissões e, mais, torna-se possível admitir duas turmas de novos alunos por ano, ao invés de uma só.

5. Desenvolvimento do curso de problemas básicos do Brasil, de frequência obrigatória em todos os cursos de formação profissional. É impressionante a ignorância dos nossos universitários, docentes e discentes, em relação aos problemas básicos da nacionalidade e da realidade sócio-econômica brasileira. A Operação Rondon, de extrema utilidade e importância, nesse sentido, deve ser ampliada para todas as profissões e completada pela prévia preparação de todos os estudantes, participantes ou não, através do curso de problemas básicos, ministrado por especialistas da Universidade ou de fora.

Cursos de Licenciatura Parcelada na UF do Ceará

Tiveram início, este ano, na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará vários cursos de licenciatura em períodos especiais. Destinam-se a qualificar recursos humanos em Educação, mediante formação de professores polivalentes para o 1º ciclo, bem como a proporcionar treinamento superior a pessoal que, a título precário, leciona nas escolas de nível médio do interior do Estado.

As licenciaturas oferecem três opções: Ciências, Letras e Estudos Sociais. Cada licenciatura abrange disciplinas específicas, de cultura geral e pedagógicas. Os concluintes receberão, conforme a licenciatura, diploma expedido pela Universidade Federal do Ceará, para lecionar: na área de Ciências—Iniciação às Ciências, Ciências Físicas e Biológicas, Matemática e Desenho; na área de Letras—

Português e Francês, Português e Inglês; na área de Estudos Sociais—História, Geografia, Estudos Sociais, Organização Social e Política do Brasil e Educação Moral e Cívica.

Ao longo de cinco períodos, os alunos de Ciências terão 2.430 horas/aula, perfazendo 162 créditos; os de Letras e Estudos Sociais, 2.025 horas/aula, com 135 créditos. As atividades letivas compreendem aulas expositivas, trabalhos escolares, seminários, estudos em equipe, estudos dirigidos, visitas orientadas, estágios supervisionados e outras.

A realização dos cursos de licenciatura em períodos especiais envolve várias unidades da Universidade Federal do Ceará, cabendo a coordenação à Faculdade de Educação, através de um colegiado, composto de um representante do Centro de Ciências, um da Faculdade de Letras, um da Faculdade de Ciências Sociais e um da própria Faculdade de Educação. O corpo docente é formado por professores indicados pelas respectivas unidades, e, em caso de necessidade e a critério do colegiado, poderão ser escolhidos professores do ensino superior de outras unidades, ou licenciados com notória experiência no ensino médio.

A coordenação geral do Curso está a cargo da Prof.^a Terezinha de Jesus Pinheiro Maciel, exercendo a coordenação pedagógica das áreas os Profs. Homero Lenz César (Ciências), Pe. Francisco Batista Luz (Letras) e Eduardo Bezerra de Menezes (Estudos Sociais). Quarenta e um municípios têm alunos matriculados no curso de licenciatura em períodos especiais.

Significado—Em artigo que publicou no jornal O Povo, de Fortaleza, a jornalista Ivonete Maia assinala a importância dos cursos de licenciatura em períodos especiais, ou licenciatura parcelada:

“Não importa”, diz ela, “a denominação; o que importa mesmo é a significação do empreendimento para a Universidade e para o Ceará. “O empreendimento é significativo porque vem dotar o Estado de condições para solucionar, gradativamente, um grave problema: a falta de qualificação de professores. Tal qualificação sempre foi indispensável, mas somente agora, em razão da nova política educacional em desenvolvimento e em decorrência das reformas projetadas, ela começa a ganhar a prioridade que sempre deveria ter merecido”.

Aspectos Internacionais da Educação

Escolas Técnicas: as Universidades do Futuro

HOWARD W. YOUNG

O tipo de instituição educacional que apresenta o maior índice de crescimento nos Estados Unidos é a escola técnica vocacional, que surgiu há relativamente pouco tempo e veio preencher uma lacuna existente nos sistemas educacionais do país. As matrículas nas instituições de ensino complementar vêm aumentando gradativamente, porquanto nem tôdas as profissões necessitam de quatro anos de estudos universitários.

A instrução técnica, por outro lado, torna-se cada vez mais necessária num mundo dominado pela tecnologia. A demanda de técnicos especializados—para manutenção de equipamentos eletrônicos, operadores de computadores, mecânicos, etc.—é cada vez maior. O Escritório Norte-Americano de Educação calcula que cerca de 50 por cento de todos os empregos disponíveis na década de 1970 exigirão conhecimentos superiores aos ministrados nos cursos secundários, embora inferiores aos de nível universitário. As escolas vocacionais visam a proporcionar êsse tipo de instrução. A maioria das 1.000 escolas comunitárias do país já vem ministrando cursos técnicos; além disso, cerca de 1.500 escolas incorporam a instrução complementar ao seu curso secundário regular. Espera-se que o número dessas escolas aumente consideravelmente nos próximos anos. O Escritório Norte-Americano de Educação pretende dar à instrução técnica vocacional a mesma ênfase conferida ao programa universitário acadêmico. Há um longo caminho a percorrer nesse sentido. O Conselho de Assessoria Nacional sôbre Educação Vocacional, criado em 1968, informou que cada dólar investido pelo

governo federal na instrução vocacional corresponde a 14 dólares destinados à instrução universitária convencional.

Mas a tendência atual mostra-se favorável aos colégios vocacionais. O investimento nesse tipo de instrução dobrou nos últimos cinco anos e excede, atualmente, 1.500 milhões de dólares, aí incluídas as verbas estaduais e municipais, que corresponderam a 82 por cento do total.

A necessidade de verbas é enorme, considerando-se as cifras da freqüência. O número de inscrições nas escolas vocacionais vem aumentando em proporção três vêzes maior do que na instrução como um todo. Nos últimos dez anos, as universidades apresentaram um índice de crescimento de 98 por cento no volume de inscrições, enquanto que o das escolas vocacionais foi de 234 por cento.

Segundo o Prof. Kenneth Hoyt, diretor do Programa de Pesquisas Estudantis Orientadas, da Universidade de Maryland, êsse crescimento encontra-se apenas no início, pois a média de criação dêsses centros de estudos vocacionais, visando a atender estudantes tanto secundários como universitários, é de um por semana, em todo o País. Um dos maiores, a Escola Vocacional Regional de Las Vegas, é freqüentado por cerca de quatro mil estudantes do Estado de Nevada, muitos dos quais percorrem diariamente grandes distâncias para assistir às aulas.

Hugh Calkins, presidente do Conselho de Assessoria Nacional sôbre Educação Vocacional, declarou recentemente: "Por muitos anos, a instrução vocacional permaneceu em segundo plano. Sômente há pouco tempo é que a maioria das pessoas passou a considerá-la um dos setores da instrução mais relevantes para a solução dos problemas enfrentados por êste país."

Simpósio de Medicina Biológica

Reunindo destacadas autoridades médicas de todo o mundo, realizou-se, êste mês—28 a 31—em Lausanne, Suíça, o I Simpósio Internacional de Medicina Biológica, presidido pelo Dr. Guido Fisch.

Foram debatidos, entre outros temas: "Medicina Psicossomática" (Dr. G. Condrau—Suíça), "As Bases Científicas da Medicina Biológica" (Dr. H. H. Reckeweg—Alemanha), "A Medicina Tibetana" (Dr^a Elisabeth Finckh—Alemanha), "Noções de Fisiologia Energética na Medicina Chinesa" (Dr. N. van Nghi—França), "A Importância da Acupuntura em Nível Universitário na China Moderna" (Dr. J. Lee Pak-Hung—Suíça), "A Ozona na Estomatologia Biológica" (Dr. A. Barandun—Suíça), "Seroterapia com Anticorpos Organo-Específicos" (Dr. J. Thomas—Suíça), "A Supressão Bioló-

gica da Imunidade e a Regeneração Molecular pelo Tratamento Citoplasmático" (Dr. K. Theurer—Alemanha), "O Comportamento Eletrofisiológico da Pele" (Dr. O. Maresch—Áustria), "As Bases Científicas da Ativação da Simbiose Intestinal" (Dr. V. Rusch—Alemanha), "A Humanidade Está em Perigo?" (Dr. J. Piccard—Suíça), "O Diagnóstico das Afecções Cancerosas pelo Infravermelho" (Dr^o Emma Bierski—Alemanha).

Estudantes Estrangeiros nas Universidades Inglêsas

Um total de 557 estudantes de 19 países da América Latina foram matriculados para estudos de tempo integral ou trabalhos de pesquisa nas universidades britânicas durante o ano acadêmico de 1969/70, contra 493 estudantes de 19 países no ano acadêmico anterior, segundo informa a Associação das Universidades da Comunidade Britânica.

O Brasil esteve representado por 60 estudantes bolsistas, vindo abaixo apenas do México (90) e da Venezuela (88). Dos 45 rapazes e 15 moças do Brasil, 42 fizeram cursos de pós-graduação.

Os latino-americanos matricularam-se nas mais variadas faculdades, para estudos de Medicina, Odontologia, Engenharia e Tecnologia, Agricultura, Veterinária, Biologia, Física, Administração de Empresas, Arquitetura, Urbanismo, Hotelaria, Línguas, Literatura e Artes.

O número total de estudantes estrangeiros matriculados nas universidades do Reino Unido elevou-se a 17.144, sendo 9.932 em cursos de pós-graduação. A Universidade de Londres foi a preferida, vindo a seguir a de Oxford.

Centro Latino-Americano de Ciências Físicas

O Uruguai ratificou o acôrdo que cria o Centro Latino-Americano de Ciências Físicas, com sede no Rio de Janeiro, anunciou a UNESCO.

O Embaixador Remolo Botto, chefe da delegação permanente do Uruguai junto a UNESCO, aceitou formalmente o convênio, fazendo do Uruguai o 10^o país participante.

A realização da investigação científica e de cursos de instrução especializada, particularmente para investigadores e docentes, no campo da Física, são as finalidades básicas do Centro.

Atas Oficiais

Dec. nº 68.187, de 10-2-71—Concede reconhecimento aos Cursos de História, Geografia, Pedagogia e Letras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Catanduva, em Catanduva, SP (D.O. de 11-2-71).

Dec. nº 68.188, de 10-2-71—Autoriza o funcionamento dos Cursos de Pedagogia, Psicologia, Ciências Sociais, Letras, Ciências e Estudos Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Sociedade Civil de Educação "São Marcos", em São Paulo, SP (D.O. de 11-2-71).

Dec. nº 68.218, de 11-2-71—Concede autorização para funcionamento da Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas, BA (D.O. de 12-2-71).

Dec. nº 68.219, de 11-2-71—Autoriza o funcionamento da Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista, BA (D.O. de 12-2-71).

Dec. nº 68.228, de 12-2-71—Concede reconhecimento ao Curso de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas de São João da Boa Vista, em São João da Boa Vista, SP (D.O. de 15-2-71).

Dec. nº 68.233, de 15-2-71—Autoriza o funcionamento da Faculdade de Educação Física de Marília (Licenciatura em Educação Física e Técnica Desportiva), mantida pela Associação de Ensino de Marília, SP (D.O. de 16-2-71).

Dec. nº 68.252, de 16-2-71—Concede reconhecimento à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jaú (com os Cursos de Letras, Pedagogia, História e Geografia), SP (D.O. de 17-2-71).

Dec. nº 68.282, de 25-2-71—Autoriza o funcionamento da Faculdade de Ciências e Letras "Tereza Martin", do Instituto Educacional "Tereza Martin" (com os Cursos de Letras, Matemática, Ciências Sociais e Estudos Sociais—Licenciatura para o 1^o ciclo), em São Paulo, SP (D.O. de 26-2-71).

Dec. nº 68.306, de 2-3-71—Concede reconhecimento à Facul-

dade de Medicina de Rio Grande, da Fundação Cidade de Rio Grande, RS (D.O. de 3-3-71).

Dec. nº 68.307, de 2-3-71—Concede reconhecimento ao Curso de Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, SP (D.O. de 3-3-71).

Dec. nº 68.308, de 3-3-71—Concede reconhecimento aos Cursos de Ciências Sociais, Pedagogia, Letras e História, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Pardo, SP (D.O. de 3-3-71).

Dec. nº 68.327, de 9-3-71—Autoriza o funcionamento dos Cursos de Letras, Pedagogia, Química e Licenciatura do 1º ciclo em Estudos Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bernardo do Campo, mantida pela Fundação Educacional "João Ramalho", em São Bernardo do Campo, SP (D.O. de 10-3-71).

Dec. nº 68.328, de 9-3-71—Autoriza o funcionamento da Escola de Educação Física de Volta Redonda, da "Fundação Osvaldo Aranha", RJ (D.O. de 10-3-71).

Dec. nº 68.338, de 11-3-71—Concede reconhecimento ao Curso de Administração Pública da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em Pôrto Alegre, RS (D.O. de 12-3-71).

Dec. nº 68.356, de 16-3-71—Concede reconhecimento à Faculdade Estadual de Direito de Maringá e ao Curso de Bacharelado, em Maringá, PR (D.O. de 17-3-71).

Dec. nº 68.369, de 18-3-71—Autoriza o funcionamento da Faculdade de Odontologia, da Fundação Educacional e Cultural de Nova Friburgo, mantida pela Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, RJ (D.O. de 19-3-71).

Dec. nº 68.373, de 19-3-71—Concede reconhecimento ao Curso de Engenharia Civil (modalidade Transportes) da Escola de Engenharia Kennedy, mantida pela Fundação Educacional Minas Gerais, em Belo Horizonte, MG (D.O. de 19-3-71).

Dec. nº 68.374, de 19-3-71—Autoriza o funcionamento da Faculdade de Tecnologia de Sorocaba (com o Curso de Técnico Superior, na modalidade de oficinas), mantida pela Prefeitura Municipal de Sorocaba, SP (D.O. de 22-3-71).

Dec. nº 68.383, de 22-3-71—Autoriza o funcionamento da Faculdade de Administração de Empresas de São José do Rio Preto, mantida pela Sociedade Riopretense de Ensino e Educação Limitada, em São José do Rio Preto, SP (D.O. de 23-3-71).

CEPES Vai Também Executar os Acordos MEC/RDA/Hungria

É o seguinte o texto da Portaria nº 141-BSB, de 29-3-71, do Ministro da Educação e Cultura (Diário Oficial de 31-3-71):

O Ministro de Estado da Educação e Cultura, no uso de suas atribuições, e tendo em vista que a Comissão Especial para Execução do Plano de Melhoramento e Expansão do Ensino Superior (CEPES), que executa prioritariamente o programa decorrente do Contrato de Empréstimo nº 158/SF-BR, firmado entre o Governo brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (Programa MEC/BID), também pode executar outros programas específicos (artigo 1º, parágrafo único do Decreto nº 60.461, de 13-3-67, com a redação dada pelo Decreto nº 66.396, de 30-3-70, e artigo 2º, inciso I, do Regimento da CEPES, aprovado pela Portaria nº 3.250, de 30-4-70), resolve:

Art. 1º Atribuir à CEPES a missão de coordenar e administrar a execução dos Convênios firmados entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática Alemã e a República Popular da Hungria para a importação de equipamentos e materiais destinados a Universidades e Escolas de Ensino Superior.

Art. 2º Extinguir o Grupo Técnico criado pela Portaria nº 52, de 25-5-70, e o Grupo-Tarefa criado pela Portaria nº 73, de 2-7-70, podendo ser aproveitado, a critério da CEPES, o pessoal respectivo.

Art. 3º Atribuir competência ao Coordenador da CEPES para ordenar as despesas com a execução do Programa do Leste Europeu, as quais serão atendidas por conta da dotação prevista especificamente no orçamento da União e cujos recursos deverão ser movimentados em conta especialmente aberta no Banco do Brasil, em nome daquela Comissão.

Art. 4º Delegar competência ao Coordenador da CEPES para representar o Ministério da Educação e Cultura na assinatura dos saques vinculados aos contratos de compra e venda, com financiamento, e respectivos termos aditivos, relacionados com os Convênios referidos, dispensando do mesmo encargo, a pedido, o Brigadeiro Armando Tróia, revogada a Portaria nº 3.348, de 10-7-70.

Art. 5º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Secretaria Geral do MEC

O Cel. Confúcio Pamplona foi nomeado Secretário-Geral do Ministério da Educação e Cultura (D.O. de 4-3-71).

CD da CAPES

O Ministro Fernando Paulo Simas Magalhães foi designado, por indicação do Ministério das Relações Exteriores, para exercer as funções de membro do Conselho Deliberativo da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em substituição ao Ministro Vasco Mariz (D.O. de 12-2-71).

Reitor

O Prof. Walter de Moura Cantídio foi nomeado Reitor da Universidade Federal do Ceará (D.O. de 18-3-71).

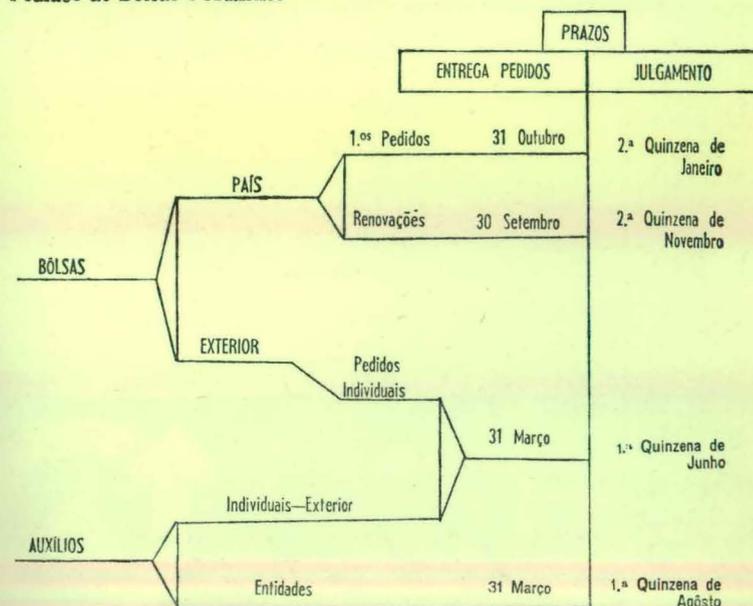
Diretor

Foram nomeados Diretor:

- da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Pelotas, o Prof. Ibsen Wetzel Stephan (D.O. de 11-2-71);
- do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Goiás, o Prof. Alberto José Centeno (D.O. de 11-2-71);
- da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, o Prof. Aline Regis Galvão (D.O. de 11-2-71);
- do Instituto de Tecnologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, o Prof. Layette Estellita Romeiro de Mello (D.O. de 19-3-71);
- do Instituto de Matemática, Física e Química da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, o Prof. Roberto Alvahydo (D.O. de 22-3-71);
- do Instituto de Química da Universidade Federal da Bahia, o Prof. Nilmar Vicente Pereira Rocha (D.O. de 22-3-71);
- da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo, o Prof. Léo de Souza Ribeiro (D.O. de 23-3-71);
- da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, o Prof. Walder Bezerra de Sá (D.O. de 23-3-71);
- da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná, o Prof. Atlântido Borba Côrtes (D.O. de 25-3-71);
- da Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Federal do Ceará, o Prof. Elpídio de Menezes Neto (D.O. de 1-4-71).

Cronograma

Pedidos de Bolsas e Auxílios



VALORES ATUAIS

a) Bolsas de Estudo no País

Nível A, aperfeiçoamento, qualificação técnica e estágio sem visar à obtenção dos títulos de Mestre ou de Doutor:

Cr\$ 500,00(*)—Cr\$ 650,00 (**).

Nível B, pós-graduação I, *sensu stricto*, durante o primeiro ano: Cr\$ 750,00 (*)—Cr\$ 900,00 (**).

Nível C, pós-graduação II, *sensu stricto*, a partir do segundo ano: Cr\$ 900,00 (*)—Cr\$ 1.100,00 (**).

(*)—candidato residente na mesma área de localização do Centro de Treinamento.

(**)—candidato residente fora da área de localização do Centro de Treinamento.

b) Bolsas de Estudo no Exterior.

Mensalidade—bolsista solteiro, US\$ 225,00

bolsista casado, US\$ 375,00

Taxas Escolares—quando devidamente comprovadas e essenciais ao cumprimento do programa.

c) Auxílio Individual—passagem de ida e/ou volta do bolsista entre o local de sua moradia e o da realização do curso ou estágio.

IMPORTANTE

1—Após o julgamento e aprovação do pedido da bolsa não haverá reajuste nas mensalidades por motivo de casamento.

2—Só serão concedidas bolsas e auxílios para cursos e estágios de, no mínimo, 4 meses, no País, e de 6 meses, no Exterior, e no máximo 12 meses. Nos casos de cursos de Mestrado ou de Doutorado, a bolsa poderá ser renovada dependendo, entretanto, das informações do orientador do bolsista sobre seu aproveitamento.

NOTA—A matéria deste Boletim poderá ser republicada no total ou em parte, ou refundida, desde que mantido seu espírito.

Impresso no Setor de Artes Gráficas da
Escola Técnica Federal "Celso Suckow da Fonseca"—Rio—GB